



**COMPANHIA DOCAS DO PARÁ**  
**Autoridade Portuária**

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ  
Avenida Presidente Vargas, 41 - Bairro Campina, Belém/PA, CEP 66010-001  
Telefone: 3182-9159 - [www.cdp.com.br](http://www.cdp.com.br)

**MINUTA DE CONTRATO DO**  
**CREDENCIAMENTO Nº 01/2026**

PROCESSO Nº 50901.000113/2026-77

CONTRATO Nº XXXXX

**CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E EMISSÃO DE CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP PARA O FORNECIMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, PARA OS EMPREGADOS E DIRETORES DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

A **COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP)**, empresa pública federal, com sede nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, à Av. Presidente Vargas, nº. 41, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.933.552/0013-47, doravante denominada **CONTRATANTE** ou **CDP**, neste ato representada por seu Diretor Presidente **Jardel Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade n.º xxxxxxxx SSP/PA e do CPF/MF n.º xxxxxxxx, com domicílio profissional no endereço acima mencionado, e a empresa **XXXXXXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo seu \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF/MF n.º \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, tendo em vista o resultado do **Credenciamento nº 01/2026** que consta do **Processo CDP SEI nº. 50901.000113/2026-77** firmam o presente contrato de prestação de serviços, reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pelo Instrumento Normativo para Gestão do Regulamento de Licitações e Contratos, doravante denominado **REGULAMENTO**, aprovado pela Deliberação CONSAD nº 01/2023, pela Lei nº **13.303/2016**, pelos **Decretos nº 10.024/2019, 8.945/2016, 3.555/2000, 9.507/2018**, pela **Lei Complementar nº 123/2006** pela **Instrução Normativa SEGES/MP nº 5/2017**, pela **Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022** e na conformidade das cláusulas e condições seguintes:

## **1. OBJETO, REGIME DE CONTRATAÇÃO, PREÇO E CÓDIGO ORÇAMENTÁRIO.**

**1.1. CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO, GERENCIAMENTO, ADMINISTRAÇÃO, INTERMEDIÇÃO E EMISSÃO DE CARTÕES ELETRÔNICOS COM CHIP PARA O FORNECIMENTO DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, PARA OS EMPREGADOS E DIRETORES DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ - CDP, EM CONFORMIDADE COM O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT), DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

**1.2.** O valor contratual é **R\$ XXX,XXX (XXX) pelo período de XXX (XXXX);**

**1.3.** As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Contrato correrão por conta de recursos próprios da CONTRATANTE alocados na dotação orçamentária xxx;

**1.4.** As despesas nos exercícios subsequentes estarão submetidas à dotação orçamentária própria, prevista para atendimento da mesma finalidade.

## **2. DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

**2.1.** O contrato terá vigência e execução de 05 (cinco) anos, a contar da data de rescisão ou do término do contrato vigente, o que ocorrer primeiro, na forma estabelecida na Lei nº 13.303/2016, em seu Art. 71, bem como nos termos do Regulamento de Licitações e Contratações e Contratos;

**2.2. Registra-se que a fixação do prazo de vigência contratual em 05 (cinco) anos para o fornecimento de vale-alimentação fundamenta-se na natureza de serviço continuado do objeto, cuja necessidade é permanente e indispensável à subsistência dos empregados, sendo a vigência quinquenal a solução que melhor atende aos princípios da eficiência e economicidade, ao mitigar custos de integração sistêmica e evitar o risco de descontinuidade do benefício alimentar por excessivos ritos procedimentais anuais.**

## **3. DO PAGAMENTO**

**3.1.** O pagamento à contratada será efetuado em conformidade com o **Item 15 do Termo de Referência** e será realizado mensalmente, mediante apresentação de Notas Fiscais, Demonstrativos Mensais dos Beneficiários com valores individualizados e total, Boletos, e das seguintes Certidões: comprovação do recolhimento das contribuições sociais (INSS e FGTS) referentes ao mês da última competência; da Certidão Conjunta Negativa de Débitos da RFB/PGFN; da Certidão Negativa de Contribuições Previdenciárias; do Certificado de regularidade do FGTS e Certidões de regularidade Fiscal para com às fazenda Estadual e Municipal do domicílio fiscal da licitante, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (CNDT);

**3.2.** A contratada deve dar entrada no processo de pagamento através do sistema <https://sei.transportes.gov.br/sei/>, anexando toda a documentação e enviando o processo à unidade SECGER, entre os dias 05 à 20 do mês subsequente a prestação do serviço;

**3.3.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e

conta corrente indicados pelo Contratado;

**3.4.** Constatando-se situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante;

**3.5.** Não havendo regularização ou havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

#### **4. REAJUSTE ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO**

**4.1.** O valor percentual relativo à taxa de administração será fixo, zero e irrevogável, durante toda a vigência do contrato.

**4.2.** Os valores dos benefícios de alimentação poderão ser reajustados ao longo da vigência do contrato, em virtude de negociações de Acordo Coletivo de Trabalho e/ou dissídio coletivo de trabalho.

#### **5. DA FISCALIZAÇÃO**

**5.1** Os serviços serão fiscalizados por empregado designado pela CDP, independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento referente ao objeto do contrato, que venha a ser determinado pela CDP, a seu exclusivo juízo.

**5.2** A existência e a atuação da fiscalização da CDP em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne à execução dos serviços contratados, sua qualidade, e suas consequências e implicações próximas ou remotas.

**5.3** Todas as instruções, reclamações e, em geral, quaisquer entendimentos entre a Fiscalização e a Contratada deverão ser feitos tempestivamente, e por escrito.

**5.4** A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela CDP.

#### **6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**6.1** A Contratada assume integral responsabilidade pelo cumprimento das cláusulas e condições deste contrato, assim como pela execução plena e satisfatória dos serviços, com estrita observância às especificações constantes do **Processo CDP SEI n.º 50901.000113/2026-77**, respondendo perante a CDP e terceiros, por perdas e danos que der causa, pela cobertura dos riscos de acidentes de trabalho de seus empregados, prepostos ou subordinados, bem como por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação ambiental, tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária, decorrentes da formalização e da execução do presente contrato;

**6.2** Manter, durante a vigência do presente Instrumento, as mesmas condições que propiciaram a sua habilitação e qualificação no processo licitatório, inclusive a sua situação de Regularidade Jurídica, Fiscale Trabalhista;

**6.3** As licenças para a execução dos serviços, dependentes de quaisquer autoridades federais, estaduais e/ou municipais correrão por conta exclusiva da Contratada, assistida, quando necessário, pela CDP.

**6.4** Constitui obrigação da Contratada o cumprimento das normas ambientais cabíveis.

**6.5** A Contratada obriga-se a corrigir, às suas expensas, total ou parcialmente, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução.

#### **7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**7.1** Proporcionar as melhores condições possíveis à execução do contrato;

**7.2** Transmitir por escrito através do fiscal do contrato que vier a ser designado, as instruções sobre alterações e/ou modificações de plano de trabalho;

**7.3** Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas no termo de referência e neste contrato;

**7.4** Designar um empregado para fiscalizar a execução dos serviços contratados;

**7.5** Acompanhar e fiscalizar os serviços a serem desenvolvidos pela contratada, em especial o atendimento das normas, especificações e instruções estabelecidas, devendo intervir, quando necessário, a fim de assegurar a sua regularidade e cumprimento;

**7.6** Não aceitar que os serviços estejam em desacordo com as especificações do contrato e do termo de referência.

## **8. PENALIDADES**

**8.1.** Além das previstas no Edital deste **CREDENCIAMENTO Nº 01/2026, INSTRUMENTO NORMATIVO PARA GESTÃO DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ** e Lei 13.303/2016, poderá a Administração aplicar as seguintes sanções:

**8.2.** Advertência;

**8.3.** Multa na forma dos parágrafos seguintes;

**8.4.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento contratar com a Companhia Docas do Pará em até 02 (dois) anos;

**8.5.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

## **9. DA RESCISÃO**

**9.1.** A inexecução, total ou parcial, deste Contrato dará ensejo a sua rescisão por justa causa e acarretará as consequências previstas neste Instrumento e na legislação pertinente;

**9.2.** Sem prejuízo de outras sanções, constituem motivos para rescisão por justa causa deste Contrato, pela CONTRATANTE, as situações descritas nos subitens 9.2.1 a 9.2.16:

**9.2.1.** A paralisação injustificada dos serviços;

**9.2.2.** O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações ou prazos;

**9.2.3.** A subcontratação, ainda que parcial, dos serviços objeto deste Contrato, sem a prévia e expressa autorização da CONTRATANTE;

**9.2.4.** A cessão ou transferência do presente contrato;

**9.2.5.** O desatendimento às determinações da FISCALIZAÇÃO designada para acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços;

**9.2.6.** O cometimento reiterado de faltas na execução dos serviços;

**9.2.7.** A decretação de falência, o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial;

**9.2.8.** A dissolução da sociedade;

**9.2.9.** A alteração societária que modifique a finalidade ou o controle acionário ou, ainda, a estrutura da CONTRATADA que, a juízo da CONTRATANTE, inviabilize ou prejudique a execução deste Contrato;

**9.2.10.** O protesto de títulos ou a emissão de cheques sem a suficiente provisão de fundos que caracterizem a insolvência da CONTRATADA;

**9.2.11.** A prática de qualquer ato que vise fraudar ou burlar o fisco ou órgão/entidade arrecadador/credor dos encargos sociais e trabalhistas ou de tributos;

**9.2.12.** O descumprimento de quaisquer das condições ajustadas neste Contrato;

**9.2.13.** A utilização pela CONTRATADA de mão-de-obra de menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

**9.2.14.** O conhecimento, ainda que, “a posteriori”, de fato ou ato que afete a idoneidade da CONTRATADA ou de seus sócios/cotistas ou de seus gestores ou ainda de seus representantes;

**9.2.15.** Razões de interesse público sempre que, quando da avaliação anual, não for evidenciada a

vantajosidade dos preços e condições firmados, no caso de contratação com prazo inicial definido por período superior a 12 (doze) meses;

**9.2.16.** Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

**9.3.** Constituem motivos para rescisão deste Contrato, pela CONTRATADA, as situações descritas nos subitens 9.3.1 a 9.3.3;

**9.3.1.** A suspensão de sua execução, por ordem escrita da CONTRATANTE, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra ou, ainda, por força de ato governamental;

**9.3.2.** O atraso superior a 90 (noventa) dias nos pagamentos devidos pela CONTRATANTE relativos aos serviços já recebidos e corretamente faturados;

**9.3.3.** A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução deste Contrato.

**9.4.** Nos casos relacionados nos subitens 9.3.1 a 9.3.2 destas Condições Contratuais, a CONTRATADA será ressarcida dos eventuais prejuízos sofridos, desde que regularmente comprovados, tendo, ainda, direito a:

- a) devolução da Garantia de Cumprimento do Contrato prestada;
- b) recebimento dos valores dos serviços que executou, desde que aceitos, até a data da rescisão deste Contrato, porventura ainda não pagos.

**9.5.** A rescisão deste Contrato, efetivada pela CONTRATANTE, com base no ajuste constante nos subitens 9.2.1 a 9.2.16 destas Condições Contratuais acarreta as consequências descritas nos subitens 9.5.1 a 9.5.5, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Contrato e em lei;

**9.5.1.** Execução, imediata, da Garantia de Cumprimento do Contrato constituída para se ressarcir de danos, inclusive multas aplicadas;

**9.5.2.** Retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados pela CONTRATADA;

**9.5.3.** Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal e será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o art. 156, inciso III da Lei nº14.133/2021, pelo prazo de até 02 (dois) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;

**9.6.** A rescisão deste Contrato, por iniciativa da CONTRATANTE ou da CONTRATADA não impedirá que a CONTRATANTE dê continuidade à execução dos serviços mediante a contratação de terceiros;

**9.7.** A rescisão fundamentada na ocorrência de caso fortuito ou de força maior dará à CONTRATADA o direito ao recebimento do(s) valor(es) pertinente(s) aos serviços executados e aceitos;

**9.8.** Ocorrendo a rescisão deste Contrato, a CONTRATANTE constituirá Comissão para arrolamento da situação dos serviços, no momento da sua paralisação, e concederá prazo corrido de 48 (quarenta e oito) horas para que a CONTRATADA indique seu representante;

**9.8.1.** Vencido o prazo e não indicando a CONTRATADA o seu representante ou não comparecendo o indicado para execução dos trabalhos, a Comissão fará o respectivo arrolamento. Em quaisquer das hipóteses, as partes declaram aceitar incondicionalmente o relatório de arrolamento feito.

**9.9.** Caso não convenha à CONTRATANTE exercer o direito de rescindir este Contrato, quando a ação ou omissão da CONTRATADA justificar essa medida, poderá suspender a execução do mesmo, a seu exclusivo critério, suspendendo o pagamento da Nota Fiscal de Serviços e sua correspondente Fatura e/ou intervindo na execução dos serviços, da maneira que melhor atenda aos seus interesses, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida;

**9.10.** Os casos omissos neste Contrato serão resolvidos pela legislação aplicável à espécie, em especial pelo Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CONTRATANTE.

## **10. FORÇA MAIOR OU CASO FORTUITO**

**10.1.** Constitui motivo de força maior ou caso fortuito para justificativa de atraso ou falta cometida por qualquer uma ou ambas as partes CONTRATANTES aos termos do presente Instrumento os fatos fora de

seu controle, nos termos do Art. 393 do Código Civil Brasileiro, desde que essas causas afetem, diretamente, os serviços contratados.

**11. DA PUBLICAÇÃO**

**11.1** Para sua eficácia, extrato deste contrato será publicado, pela CDP, no Diário Oficial da União (D.O.U).

**12. DO FORO**

**12.1** O foro competente para conhecer quaisquer questões suscitadas nesta avença é, com exclusividade, o da Comarca de Belém, Pará, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justos e contratados assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para o mesmo fim, na presença das testemunhas subscritas, visando a produção de seus jurídicos e legais efeitos.

Belém (PA), XXX de XXX de 2026.

**JARDEL RODRIGUES DA SILVA**

CPF n.º xxxxxxxxx

Diretor Presidente – **CDP**

**CONTRATADA**

CPF nº

Representante Legal - **CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

1 - \_\_\_\_\_

CPF nº

2 - \_\_\_\_\_

CPF nº

